

*Para auxiliá-lo no desempenho dessa magna tarefa, a Constituição conferiu ao Departamento Administrativo do Serviço Público uma expressa delegação de poderes.*

*Em virtude, porém, da necessidade imperiosa de serem, preliminarmente, resolvidos certos problemas fundamentais da administração, o D. A. S. P. não pode, ainda, desincumbir-se, integralmente, da sua missão constitucional. De modo que, enquanto não estiver organizada a sua Divisão do Orçamento, a proposta orçamentária continuará a ser elaborada pelo Ministério da Fazenda. Para êsse fim foi creada nesse Ministério, em fevereiro de 1940, a Comissão do Orça-*

*mento, determinando a lei que a presidência da mesma seja exercida pelo Presidente do D.A.S.P.*

*Essa Comissão, como órgão transitório, tem a finalidade de articular os esforços do D.A.S.P. e do Ministério da Fazenda no sentido de reunir os elementos indispensáveis para que o Orçamento Nacional se apresente como um verdadeiro plano financeiro organizado de acôrdo com as instruções emanadas diretamente do Presidente da República.*

*Em plena consciência da alta responsabilidade do papel que lhe foi confiado, a Comissão de Orçamento se empenhou em apresentar ao Govêrno a expressão fiel dos seus recursos e dos seus encargos no exercício de 1941.*

## O decênio do governo do presidente Getúlio Vargas através a palavra dos seus ministros

### As conferências dos titulares da Marinha, da Fazenda da Viação e da Guerra

O Departamento de Imprensa e Propaganda promoveu a realização de uma série de conferências ministeriais sôbre as atividades do Govêrno Nacional, nas diversas pastas, no último decênio.

Assunto do mais alto interêsse para a Administração, de modo geral, a "*Revista do Serviço Público*" sente-se no dever de apresentar aos seus leitores um ligeiro resumo das palestras ministeriais, afim de que os mesmos possam aquilatar da sua importância.

A primeira dessas conferências coube ao titular da Marinha, Almirante Aristides Guilhem, que ocupou a tribuna do Palácio Tiradentes no dia 11 de novembro último, obtendo o êxito esperado, o que demonstrou o acêrto e a oportunidade de tal iniciativa, de parte do D.I.P.

A Marinha de Guerra é uma das instituições permanentes do país, correspondendo-lhe, assim como ao Exército, objetivos essenciais à segurança nacional e à defesa do Estado — esclareceu, de início, o Almirante Guilhem.

Instituição com êsses dois fins nitidamente definidos, o organismo com que se apresenta trabalha em numerosas e diversas direções. Todos

os seus órgãos, imediata, proximamente ou não, direta ou indiretamente, convergem para aqueles dois fins. Tem o carater de permanência porque interessa profundamente à estrutura nacional, entre as imposições ou contingências de ordem geográfica, social, política, cultural e econômica.

Em regra, todas as nações de fronteiras no mar desvelaram-se quanto puderam na formação, na eficiência e no progresso da Marinha de Guerra. Persistiram em aperfeiçoá-la, deram-lhe amplitude considerável, atribuindo-lhe posição central no grande e laborioso organismo marítimo, destacado no primeiro plano por circunstâncias oriundas das relações nacionais e internacionais, tanto políticas quanto econômicas. As nações que o não fizeram decaíram, e não progredirão as que o não fizeram.

Depois de mais algumas considerações de ordem geral, aludiu o conferencista ao papel do mar, como elemento de expansão, e ao fato incontestável de viver sempre a civilização entre a paz e a guerra, contingências extremas a que se habituou a humanidade. E fez referência especial à situação do Brasil na America:

“Contando 118 anos de vida independente, o Brasil é uma nação de área definida e definitiva. Definiu-se pela posse, pelas culturas e pela celebração de tratados pacíficos com os países vizinhos. Tornou-se definitiva, proscrevendo a guerra de conquista entre os seus objetivos, com o que, aliás, coincidem os propósitos ou tendências das nações americanas, entre as quais subsiste o espírito de concórdia.



Uma das consequências da crise terrível destes tempos, é a aproximação vigorosa e o perfeito entendimento entre todos os povos da América. Procuram e realizam a coesão na enorme área do hemisfério em que florescem. A perspectiva de transformações radicais no cenário político do mundo, apresentam-se interpostos dois grandes oceanos entre povos que marcham à luz de certos princípios e outros que encaminham os seus passos para uma nova ordem de coisas.—Nesses oceanos estão os destinos da América.

Ocorram ou não transformações radicais nos processos de associação humana, oriente-se a civilização neste ou naquele sentido, é certo que não serão alteradas a extensão e a distribuição dos mares e terras, continuando os homens submetidos

às contingências produzidas pelos dois grandes elementos que compõem o globo.

Para chegar o Brasil à situação atual, com a sua área territorial definida, com as suas forças coordenadas, impelidas à feição de antigos e justificados anseios de progresso material e espiritual, caminhou mais de um século. Nesta caminhada, fez a sua história que não é vulgar, fez o bastante, mais do que isto, para que nos orgulhemos dela.

Nesse primeiro século de história do Brasil livre, não pode deixar de nobilitar-se o campo de ação marítimo e fluvial, onde os nossos navios e as nossas armas se engrandeceram, assim como o nosso labor pacífico se avolumou, levando os produtos da terra e trazendo as recompensas, buscando os produtos do estrangeiro e retribuindo-o prontamente.

Marinha de Guerra, em síntese, é uma força vigilante, representativa da nação, um índice de previdência e capacidade, subordinada aos interesses e objetivos nacionais, operando em campo dilatado, onde vicissitudes e dificuldades se multiplicam e onde também se encontra o caminho da glória e se preparam alicerces de grandeza.

Constituindo-se o Brasil em nação livre, logo a sua bandeira, a sua Marinha de Guerra, se apresentou no Atlântico, indo de um a outro hemisfério, às baixas e altas latitudes da costa imensa do seu patrimônio territorial. O resultado das preciosas operações da nossa força naval incipiente se encontra na consolidação da independência do país, retirando-se para a antiga metrópole os diversos núcleos desarticulados dalém-mar”.

O Almirante Guilhem passou, em seguida, a citar os principais feitos da nossa Marinha de Guerra através da História da Pátria, para dizer, depois, que no longo período de paz externa, entre 1870 e 1910, a instituição naval brasileira teve desenvolvimento reduzido em relação às necessidades do seu poder bélico, movimentando-se entretanto com frequência os navios da esquadra em todos os mares.

A Marinha passou por um período de quasi estagnação, enquanto as armadas dos outros países não cessavam a sua marcha evolutiva.

Finalmente, o conferencista mostrou as medidas adotadas após o advento da República, para a compra, no estrangeiro, dos vasos de guerra que formaram a Armada Nacional. Demonstrou os inconvenientes da política então seguida, e passou,

logo depois, a expôr o plano de renovação já em execução, plano êste a cuja realização o país assiste entusiasmado.

O programa naval representado pelas unidades que constituíram a mais poderosa esquadra do Brasil, em 1910, contava 20 anos, em 1930. Vinte anos constituem uma idade excessiva para as unidades modernas, pois o ritmo de aperfeiçoamento entre os meios de ataque e defesa se tem feito notar pela sua constante aceleração, envolvendo todas as características e engenhos navais.

Em 1930, portanto, a nossa esquadra já podia ser considerada obsoleta.

O novo Govêrno iniciou, então, as providências que as circunstâncias aconselhavam, numa ação gradual e decisiva, instruído de sobra quanto às necessidades mais próximas e quanto às mais distantes.

Decidiu-se o Chefe da Nação a atender a todos os ramos da administração naval, sem desfalecer nesse propósito. Conseguiu intensificar a sua ação em todos os sentidos, obtendo os resultados consideráveis, já do domínio público. Estamos agora recordando êsses resultados, conseguidos graças ao descortino e aos impulsos da mão firme e forte do Chefe do Govêrno, tão empenhado na vasta emprêsa de organização e construção nacional.

Orientando os seus atos para o fim de dotar o país de uma Marinha de Guerra à altura da sua missão, o Govêrno agiu sem demora, com decisão e método, de maneira que, de 1936 em diante, se verificava uma intensificação crescente das suas providências e um rendimento dos seus trabalhos jamais alcançado entre nós.

Nos primeiros cinco anos do decênio vários serviços da Marinha foram impulsionados. Os levantamentos hidrográficos, a construção de cartas, a montagem de rádio-faróis, a construção dos edificios destinados à séde do Ministério e à Escola Naval, o desenvolvimento da Aviação Naval e a criação da respectiva Reserva, — foram, entre outras iniciativas, marcos que assinalaram as atividades do atual Govêrno naquele período.

No período de 1936 até o presente, maior intensidade foi imprimida à solução dos vários problemas indispensáveis à remodelação e à vida eficiente da Marinha. Nesse período, foram remodelados os serviços hospitalares e odontológicos, o ensino naval e os serviços fazendários;

foram creadas as Comissões de Tombamento dos próprios nacionais e a de Metalurgia, e a Divisão de História Marítima; foram instaladas a oficina de impressão de cartas náuticas provida dos mais modernos aparelhos, a oficina de instrumentos de precisão e a oficina da Aviação Naval, onde foram construidos quarenta aviões-escola e vinte e cinco aviões bi-motores; foram construidas as bases de combustíveis na ilha do Governador e em São Francisco, no Estado de Santa Catarina; foram adquiridos dois navios-tanques, um navio-hidrográfico e tres submarinos; foram construidos na Inglaterra seis contra-torpedeiros, que, infelizmente, no início da guerra européia, foram requisitados pelo Govêrno inglês; foi realizada a construção, em estaleiros da Marinha, dos monitores "Parnaíba" e "Paraguassú", dos navios-mineiros "Carioca", "Cananéia", "Camocim", "Cabedêlo", "Caravelas" e "Camaquã", e dos contra-torpedeiros "Marcilio Dias", "Greenhalgh" e "Mariz e Barros", em um total de onze navios construidos em quatro anos, dos quais os dois últimos devem ser lançados ao mar em breves dias.

Com a experiência adquirida, particularmente, na construção dos contra-torpedeiros tipo "Marcilio Dias", os navios mais poderosos até hoje construidos em estaleiros nacionais, já está iniciada a construção de seis novos contra-torpedeiros de 1.350 toneladas de deslocamento, dotados de alta velocidade e de grande poder ofensivo.

Foi assim dado o primeiro passo para a nossa emancipação gradual, quanto a construções navais. A antiga inércia e o velho espirito de contemporizações, na expectativa sempre do recurso estrangeiro para a execução dos nossos programas navais, sofreram um abalo salutar.

Os dois monitores, desenhados pelos nossos engenheiros e construidos por mãos brasileiras nos nossos estaleiros, já se encontram incorporados à Flotilha de Mato Grosso. A grande travessia oceânica e o longo trajeto fluvial, por êles empreendidos com pleno sucesso, do Rio de Janeiro a Ladário, foram a primeira e ótima demonstração das qualidades náuticas dos primeiros navios construidos aquí, depois de um longo período de estagnação em matéria de construção naval.

Os seis navios-mineiros, também aquí projetados e construidos, demonstraram logo no oceano a sua robustez e qualidades marinheiras. Acabam de percorrer todo o litoral brasileiro até o extremo norte, em condições diversas de tempo

e mar, comprovando a competência e a habilidade dos nossos engenheiros e operários.

Mediante tão positivas demonstrações, constatamos o renascimento da construção naval no Brasil, particularmente quanto a unidades que importam à Marinha de Guerra, acontecimento almejado durante um largo período de dezenas de anos e assinalado afinal, num limitado espaço de tempo do Estado Novo, creador de novas perspectivas, grandes esperanças e maiores realidades.

Os últimos capítulos da explanação do Ministro Guilhem foram dedicados ao problema do estabelecimento de Bases Navais, em vários pontos do nosso litoral, e à Aviação Naval. Demonstrou a importância das Bases Navais e focalizou os cuidados especiais que tem recebido a Aviação Naval, concluindo pela apreciação do trabalho sistematizado e profícuo, levado avante no Governo atual, especialmente quanto à solução do problema siderúrgico, considerado básico.

### PANORAMA FINANCEIRO E ECONÔMICO DA REPÚBLICA

A conferência que se seguiu à do titular da Marinha foi realizada pelo Sr. Arthur de Souza Costa, ministro da Fazenda, no dia 29 de novembro, e versou sobre o panorama financeiro e econômico da República.

Pode-se dizer — afirmou o Sr. Souza Costa — que a totalidade dos atos praticados pelo Governo, nas suas múltiplas e complexas atividades tem repercussão na esfera financeira ou econômica, campo de ação do Ministério da Fazenda para o qual confluem todos os resultados da ação administrativa, tão natural e espontaneamente como as águas imensas e dispersas em direção ao leito de um rio. Falar das atividades do Ministério da Fazenda implica no exame da execução da despesa pública e na fiscalização da receita; na proporcionalidade com que incidem os impostos na capacidade tributária do país; no controle do crédito bancário, comercial, agrícola e industrial; na coleta das economias populares pelas instituições autônomas próprias; na fixação das bases de política de assistência aos artigos fundamentais da produção brasileira; na sistematização do serviço de dívida pública, externa e interna; na política cambial; na coordenação, enfim, do grande plano de melhoramento, com o qual o Presidente Getúlio Vargas está procurando crear novas

fontes de atividade no país, para assegurar-lhe ainda maiores possibilidades de trabalho e de riqueza nos dias futuros.

O Sr. Souza Costa prosseguiu mostrando as transformações que se operaram no Ministério da Fazenda neste último decênio, de maneira a adaptar ao exercício financeiro tão complexas e múltiplas atividades. Referiu-se às causas econômicas da presente grande guerra mundial, passou em revista as principais, entrosando-as nas duas de caráter fundamental; a do espaço vital e a de distribuição das matérias primas de modo equitativo, entre todas as nações. Apresentou argumentos pró e contra essas teses, demonstrando, a seguir,



que dessa situação de desigualdade econômica nasceu uma política de *self-sufficiency*, cuja amplitude se foi alargando, a ponto de gerar um estado de guerra econômica, antes mesmo que a luta pelas armas se desencadeasse. Referiu-se ao esforço pertinaz de procurarem as nações se isolar e à contradição flagrante entre os atos praticados, porquanto, ao mesmo tempo em que se insistia nessa tendência, a rede do crédito se disseminava, diante do vulto vertiginoso que tomava a moeda escritural. Aludiu à situação de dificuldades creada para todos os países, quer para aqueles que forem obrigados a adotar essas medidas pela força imperativa da necessidade, quer para os que se julgarem por elas prejudicados, pela prática de processos considerados como *dumping* monetário.

Depois de um exame detido da situação internacional, o titular da Fazenda passou a considerar o caso particular do Brasil diante de tal situação. Demonstrou, com grande cópia de detalhes e informações, que a política do Governo tem sido sempre no sentido de resguardar a liberdade de movimento do comércio, até onde se torne material possível. Acentuou não se ter recorrido,

sinão transitóriamente, à prática de medidas artificiais, medidas que se expressam na série de restrições de toda ordem, que cada vez mais árduo torna o reinício da recuperação em bases seguras. Ressaltou que as transações de comércio externo seguem, em regra, a direção normal que lhes são traçadas pelas conveniências das permutas em função de cada mercado. Referiu-se à política de câmbio e à política orçamentária, em grandes linhas, evidenciando a conexão profunda que existe entre a situação geral do mundo e a situação especial do país.

“Si as causas econômicas da guerra — disse — decorrem da prática de uma política afastada da observância dos bons princípios que favoreceram no passado a tranquilidade do mundo, segue-se que a solução das dificuldades presentes só pode ser encontrada no retôrno à prática desses mesmos princípios. Em todos os setores fundamentais da vida do Brasil, o nosso esforço visa cooperar para êsse objetivo. A política econômica e financeira do Governo, desde 1930, tem um sentido orgânico. Procuramos restaurar o crédito mediante a execução de um programa de respeito aos compromissos assumidos, aumentar as receitas públicas sem pedir mais do que permite a situação da renda nacional. A simples exposição de público dos atos principais praticados pelo Governo comprova essas afirmativas.”

---

Entrou depois o Ministro Souza Costa a examinar a ação do Governo.

O primeiro problema a que se referiu foi o da dívida externa, relatando, com grande minúcia, as razões que levaram o Governo à suspensão do serviço da dívida e acentuando o propósito constante da retomada de pagamentos, feita não obstante a situação mundial e as dificuldades da guerra. Em plena luta européia, tornamos efetivo êsse propósito. Depois de uma série de reuniões que tiveram início em agosto de 1939 no Ministério da Fazenda, e à qual estiveram presentes representantes dos portadores de títulos da Inglaterra, França, Estados Unidos e Portugal, foi expedido o decreto-lei n. 2.085, de 8 de março de 1940, que consolidando os entendimentos havidos reatou o serviço da dívida externa em novas bases. Dos entendimentos havidos resultaram reais vantagens para o Governo e para a economia nacional, consubstanciadas no plano que reduziu o serviço,

no valor £ 94.520.000 para £ 16.800.000, recebendo o Governo cupões pelo seu valor integral, relativos a essas obrigações, operação que representa, para a economia brasileira, uma diferença em seu favor de £ 77.720.000.

Entrou, em seguida, o Ministro Souza Costa no exame da questão dos empréstimos-ouro, relativa à sentença proferida contra o Brasil pela Corte Internacional de Háia, examinando-a sob o seu aspecto jurídico e sob seu ponto de vista econômico. Detendo-se nesse exame, concluiu: “Dos entendimentos relativos à retomada dos serviços da dívida externa resultaram assim os seguintes benefícios que o país fica a dever ao Presidente Getúlio Vargas: 1.º — Restabelecimento do crédito público pela retomada dos serviços em acôrdo com os representantes dos portadores, patrocinados pelos respectivos governos. 2.º — Autorização expressa para aquisição, em Bolsa, às cotações do mercado de títulos, reduzindo o valor do capital em circulação. 3.º — Solução definitiva da questão francos-ouro, cuja sentença fôra contra nós e nos creara uma situação de insuportável prejuízo. 4.º — Solução da responsabilidade resultante da encampação da E.F. São Paulo-Rio Grande em condições vantajosas à economia do país e com benefício para o comércio exportador brasileiro.”

Relativamente à política do câmbio, que tratou também com abundância de detalhes, o titular da Fazenda salientou a situação vantajosa em que se encontra o Brasil. O resultado da política do ouro fez com que se elevassem as reservas do país de 324 quilos, em 1933, para 43.713 quilos, em 1940.

O Brasil não tem atrasados de comércio de qualquer espécie e há poucos meses o Banco do Brasil fez um acôrdo liquidando todos os atrasados decorrentes de remessas em suspenso de lucros e dividendos e realizou uma operação com o *Export & Import Bank*, que lhe dá um fundo de 25 milhões de dólares.

O Governo dispõe, no exterior, de 21 toneladas de ouro, além dos saldos pertencentes ao Banco do Brasil, depositados em vários bancos: no Brasil, depositados no referido Banco e na Casa da Moeda, 701 quilogramas e 491 gramas.

Apesar das graves dificuldades criadas pela guerra — disse o Ministro — mantemos nossos compromissos e podemos encarar serenamente o futuro prevendo a tempo os perigos e deliberando com calma e segurança o melhor rumo a tomar. A

situação, cambial do Brasil não pode ser excedida na excelência de suas condições por país algum do mundo, neste momento.

A seguir, o Sr. Souza Costa tratou da política de crédito, seguida pelo Governo, examinando todas as atividades nesse setor, desde a criação da Caixa de Mobilização Bancária à organização da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial; os vários decretos regularizando a situação econômica dos devedores, apontando um quadro verdadeiramente impressionante sobre o número de operações da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, que passaram de 6.700 contos, em 1938, para 464.934 contos, em 1940.

O restabelecimento da Carteira de Redescontos, a Caixa de Mobilização Bancária, a ampliação da política de redescontos, as medidas de socorro e assistência aos lavradores, a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, a garantia na taxa máxima para os empréstimos rurais, definem no setor do crédito bancário as finalidades de construção nacional que marcam a trajetória administrativa depois de 1930.

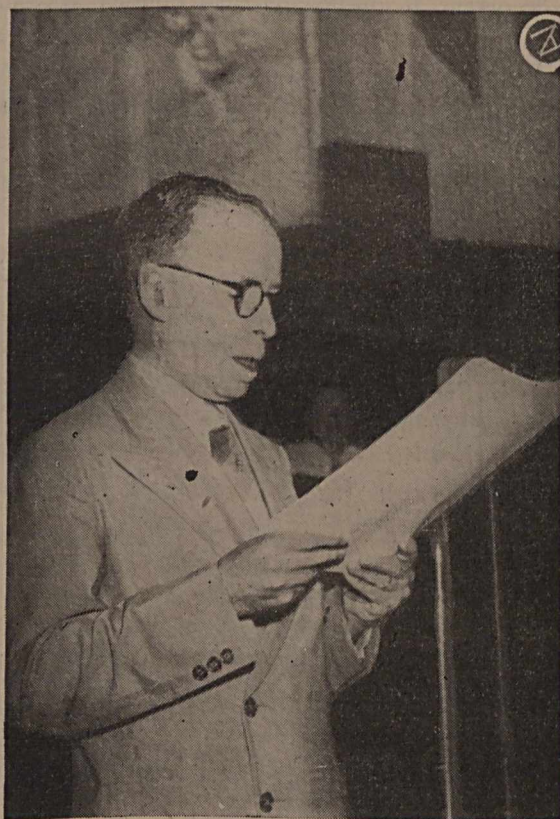
Quanto à ação das Caixas Econômicas, afirmou o Ministro que a política de aplicação seguida pelas mesmas, entre nós, tem mantido e até acelerado o ritmo das construções, tanto na Capital Federal como nos Estados.

No capítulo sobre a política orçamentária, o Sr. Souza Costa estendeu-se em considerações relativas aos *deficits*, às percentagens dos impostos incidindo na receita total, à remodelação do sistema de elaboração orçamentária, à conferência dos Secretários da Fazenda, à padronização dos orçamentos dos Estados e da Contabilidade das contas do patrimônio e da tesouraria. Deu contas, ainda, o Ministro, do primeiro ano da execução do Plano Quinquenal.

Tratou, finalmente, do comércio interno e externo, indicando as principais características de que os mesmos se revestiram. Fez uma referência aos índices da atividade industrial e comercial, que atestam a sua evolução progressiva e crescente, e assinalou que essa expansão das atividades da indústria e do comércio, o aumento da renda nacional — índices de prosperidade econômica — é obtida sem embargo das despesas extraordinárias a que temos sido obrigados na renovação de nossas vias férreas, na reorganização de nossas forças armadas, cujas realizações concretas evidenciam a operosidade da ação administrativa.

## CONFERÊNCIA DO MINISTRO DA VIAÇÃO

A palestra que se seguiu à do Ministro da Fazenda foi a do titular da Viação, realizada no dia 3 de dezembro. O General Mendonça Lima dividiu o seu trabalho em quatro partes: a primeira referente às comunicações, abrangendo correios, telégrafos e rádio; a segunda sobre os transportes, compreendendo ferrovias, rodovias, aeronáutica civil, portos e navegação e marinha mercante; a terceira relativa às obras públicas, passando em revista os problemas das secas e



da Baixada Fluminense; e finalmente uma especial sobre a iluminação do Rio de Janeiro, o carvão nacional, a Siderurgia e as fábricas de aviões e motores de avião.

Começando por um histórico da sua pasta no Império e na República, o Ministro criticou a política de transportes, ou, mais apropriadamente, a falta de uma política de transportes, até o advento do regime atual.

Passou em revista algumas cifras relativas ao progresso dos nossos serviços postais, telegráficos e radiofônicos, mostrando, por exemplo, que a renda desses serviços atingiu 77 mil contos em 1930 e passou para 148 mil contos, em 1939. O

número de prédios construídos para os mesmos serviços, entre os anos de 1663 a 1930, não passou de 349, enquanto só no último decênio construíram-se 145 prédios. Índices bastante curiosos são, também, os relativos à emissão de vales postais e ao movimento de despachos telegráficos. Em 1930 foram emitidos 7.486 vales postais, contra 458.045 em 1939; nos mesmos períodos os despachos telegráficos registraram os totais de 5.537.311 e de 23.205.855.

Estudando o problema ferroviário, explicou as dificuldades do governo para reaparelhar as nossas estradas, que tinham sido desbaratadas no regimen de concessão ou arrendamento, e que o Estado se viu forçado a ocupar ou encampar, ou porque os concessionários e arrendatários as abandonaram ou porque o inadimplemento das cláusulas convencionadas em matéria de reaparelhamento de material e outras obrigações contratuais começava a ser altamente prejudicial à economia e à defesa nacionais.

Demonstrou, ainda, que tendo dado um grande impulso às rodovias e tendo, na verdade, creado a nossa aeronáutica civil, foi o atual Governo o primeiro a lançar as bases de uma política de transportes, articulando as redes regionais numa rede nacional de estradas e harmonizando a capacidade e diretrizes de transporte ferroviário com o sistema rodoviário e aéreo.

Lembrou que, apesar de as necessidades prementes de salvar muitas estradas, devolvidas em péssimas condições ao poder público, impedirem o Governo de se aplicar intensivamente ao labor de alargar a rede ferroviária, todavia conseguiu construir mais 3 mil quilômetros de trilhos e muitas obras de vulto, que enumerou.

Mostrou que o programa rodoviário vem se estendendo de ano para ano, o mesmo acontecendo ao movimento aeronáutico.

Em 1930, possuíamos 33 aeródromos e em 1940 estão registrados 259; a matrícula de aeronautas, que, em 1930, era de 104, este ano já se eleva a 869; o número de passageiros, por igual, se elevou de 3.651, em 1930, a 70.734, em 1940; a cifra da correspondência nos anos em causa cresceu de 24.000 ks. para 202.000 ks; a das bagagens passou de 29.600 ks. para cerca de 1 milhão de ks; o percurso subiu de 1.140.000 para quasi 7 milhões.

Na parte de aeronáutica, fez ainda o conferencista declarações sobre o projeto do Ministério do Ar, elaborado pelo Conselho de Aeronáutica,

e sobre a marcha dos serviços da fábrica de motores de avião e da fábrica de aviões.

Passando em seguida ligeira revista sobre os trabalhos realizados em numerosos portos do Brasil e as novas medidas de política portuária adoptadas no curso do decênio, fez um exame da administração do Lloyd Brasileiro, informando que as receitas desta empresa, excluída a subvenção, se elevaram de 82 mil contos, em 1930, a 136 mil contos em 1940 e que a frota, composta, em 1930, de 56 navios, 14 dos quais estavam fora do tráfego, dispõe hoje de 78.

Historiou, em seguida, os esforços do decênio no sentido de resolver o problema das secas no Nordeste e sanear os pantanais da Baixada Fluminense, esplanou as etapas vencidas na campanha em favor do carvão nacional e na instalação da grande usina siderúrgica de Volta Redonda e forneceu dados interessantes sobre os serviços de luz e gás do Rio de Janeiro e as suas relações com a administração pública.

Das numerosas e curiosas informações prestadas nos itens finais da conferência, não podemos deixar sem destaque as que se referem à produção inicial da usina siderúrgica de Volta Grande, assim anunciada pelo Ministro da Viação:

- a) cerca de 100.000 toneladas de trilhos e acessórios;
- b) 25.000 toneladas de perfis comerciais, médios e pesados;
- c) 50.000 toneladas de vergalhões, redondos e chatos;
- d) 20.000 toneladas de "billets";
- e) 60.000 toneladas de chapas.
- f) 50.000 toneladas de folhas de Flandres;
- g) 50.000 toneladas de gusa para fundição.

Por fim, o conferencista resumiu e finalizou a sua longa e documentada conferência com as seguintes conclusões:

a) Quanto às comunicações postais, telegráficas e radiofônicas, constata-se um crescimento vertiginoso, verdadeiramente consolador dos esforços do Governo.

b) Quanto aos transportes, não se pode negar ao Sr. Getulio Vargas a láurea de ter lançado, pela vez primeira no Brasil, as bases de uma política dos transportes, articulando-lhes e harmonizando-lhes a diversa e mútua capacidade de conjugação e cooperação a bem da economia e da defesa nacionais.

c) Quanto às bases públicas, vão demonstrando a capacidade da atual administração para

resolver problemas que já pareciam inacessíveis, como o da siderurgia, o das sêcas do nordeste, o dos pantanais fluminenses, sendo que a respeito dêsses dois últimos, já praticamente vencidos, a ação pessoal do Presidente Vargas foi particularmente direta e interessada.

O último triênio do decênio que comemoramos — finalizou o general Mendonça Lima — se mostrou muito mais fecundo do que os sete anos anteriores. Isso constitui para os brasileiros o penhor seguro de que encontramos o nosso verdadeiro caminho e que, dentro em breve, sob a firme direção do Chefe do Govêrno, atingiremos, sem mais tropeços, o objetivo final da Revolução de 30, que é tornar o Brasil uma grande nação, respeitada no concerto universal e assegurando a todos os seus filhos dias prósperos e felizes.

### O EXÉRCITO NOS ULTIMOS DEZ ANOS

No dia 9 de dezembro, foi realizada a conferência do ministro Eurico Gaspar Dutra, sobre "o Exército e os dez anos de Govêrno do Presidente Getulio Vargas".

Começou o titular da Guerra afirmando que muito grato é verificarmos o quanto nesse espaço de tempo progredimos. Não obstante o que já foi alcançado e os vultosos benefícios advindos, muito nos resta ainda a fazer, no domínio militar, para conclusão da obra iniciada. Nosso dever comum, diante da quadra mais agitada e difícil da vida universal, está no revigoreamento da união nacional e na concentração dos esforços em prol da obtenção dum ideal de felicidade coletiva, dentro das nossas fronteiras, e que garanta ao povo o uso equitativo de todos os bens espirituais e materiais, emanados do elevado estágio de civilização por nós atingido.

Após uma ligeira síntese do verdadeiro aspecto apresentado pela guerra moderna, em que o fator material atinge uma importância capital, o ministro adverte que tudo pode existir e nada valer, no momento oportuno, si o material não for manejado por um combatente com alto sentimento de patriotismo, índole guerreira e acendrado espírito de sacrificio.

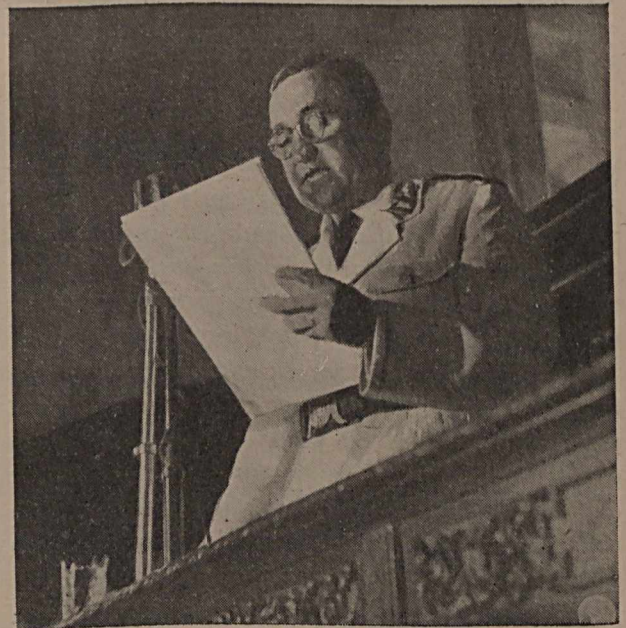
Não basta, portanto, o material. E' preciso, sobretudo, que a armadura seja vivificada pela centelha da combatividade, que só um educado e conciente espírito militar pode obter, mobilizando as vontades e orientando a alma coletiva de todo o povo, para o destemor e o sacrificio pela vitória comum.

Para inspirar tais forças espirituais e moldar o instrumento bélico de sua defesa, moral e materialmente forte, deve envidar a Nação toda a sua energia e todos os sacrificios.

Está o Govêrno, assim, empenhado em preparar um exército eficiente, onde seja objetivada a conjugação de duas ordens de forças, sem o concurso das quais se torna impossível a obtenção do êxito: *as forças morais e as forças materiais*.

O cotêjo entre o que dantes fôra o Exército e o que agora é — afirma o General Gaspar Dutra — bem demonstra já o alto interesse que lhe tem dispensado o atual Govêrno.

O Ministro mostrou, a seguir, em rápida síntese, o que foi o Exército em 1930, sua progressiva evolução após êsse ano e, finalmente, a evidente e confortadora consolidação por êle agora obtida.



O Exército no Império e, depois, na República, foram referidos nas suas principais fases evolutivas, pelo titular da Guerra, fazendo ressaltar ainda mais a obra atual de preparação da defesa nacional.

Com o novo regime político, implantado a 10 de novembro de 1937 — diz o Ministro — tudo se modificou. O Exército encontrou, afinal, o clima indispensável para seu desenvolvimento eficiente.

Surge um novo Exército, cheio de nobres aspirações, transbordante de esperanças e animado de uma grande capacidade realizadora. O discreto encanto do devotamento, da dedicação e



do espírito de sacrificio, apodera-se de todos e satura de confiança o ambiente saneado das casernas.

O conferencista aludiu às unidades de fronteira, que retomam o velho caminho dos civilizadores bandeirantes.

Falou no aparelhamento do Exército, fazendo considerações sobre o muito que já está realizado, e no desenvolvimento dos estabelecimentos fabris, enumerando a série de obras militares, desde as ferrovias aos parques aeronáuticos.

Referiu-se o conferencista ao plano de reorganização do ensino militar, mostrando a vantagem que resultou da criação da Inspeção Geral que superintende todas as atividades escolares do exército. Falou na rigorosa seleção dos candidatos ao oficialato e explicou as razões que levaram o Governo a reviver e atualizar a fecunda iniciativa das antigas "Escolas Preparatórias".

Só com o advento do Estado Novo, declarou o Ministro Gaspar Dutra, conseguiu o Exército refundir e completar a sua legislação militar, dando-lhe nova e profunda organização. Enumerou, Sua Excelência, as medidas de capital importância que foram decretadas.

Depois de aludir ao "Estatuto dos Militares", prestes a ser aprovado, cuidou o Ministro da Guerra das reformas concluídas nos Serviços de Intendência e Serviços de Saúde.

Vem sendo surpreendente, diz, o êxito na alimentação da tropa. Descrevendo a renovação do aparelhamento hospitalar militar, termina afirmando o perfeito aprovisionamento do Serviço de Saúde, com o necessário material sanitário para a paz e para a guerra.

O serviço de remonta mereceu considerações que os dados estatísticos reforçaram e ampliaram, mostrando como foram animadores os resultados obtidos desde os primeiros ensaios.

O General Eurico Gaspar Dutra historia a evolução do Serviço Geográfico para concluir que os trabalhos lograram uma sistematização perfeita em 1932 e que os realizados nestes últimos anos surpreendem pela sua extensão, volume e rigor.

Até 1930, as atividades da aeronáutica militar estavam circunscritas ao seu órgão de direção — a Diretoria de Aviação — e ao instituto de ensino — a Escola de Aviação Militar. Eram inexistentes a tropa de aeronáutica, os serviços da arma e seus órgãos técnicos. Tudo precisou criar-se e tudo foi creado no curto prazo de 10

anos. Relata o conferencista a grande tarefa, desde a organização do Grupo Mixto de Aviação em 1931, até as realizações no âmbito da indústria aeronáutica.

Continuando a análise dos problemas articulados das aviações militar, naval e civil, disse o Senhor General Gaspar Dutra:

"Paralelamente com o desenvolvimento da aviação militar, correram os da aeronáutica civil e da aviação naval.

Órgãos dependentes de três ministérios, autônomos uns em relação aos outros, as aviações naval, civil e militar cresceram sem a harmonia de forma que somente a unidade de direção seria capaz de imprimir à sua evolução.

Cada uma cuidou de prover suas necessidades por si mesma, e não tardou surgirem organismos idênticos em todas elas — solução cara, inconveniente, mas inevitável com semelhante organização da aeronáutica nacional.

O rápido e estenuante desenvolvimento da aviação fazia prever — e a guerra na Europa veio confirmar — que à Arma aérea estaria reservada missão, si não decisiva, pelo menos preponderante na marcha das operações. Suas possibilidades atuais são de molde a revolucionar os processos modernos de combate e capazes de imprimir à concepção da manobra as linhas diretrizes de sua execução, no mais ousado de seu delineamento.

O grande poder ofensivo da aviação, a multiplicidade de suas aplicações militares, sobretudo a possibilidade de ação em força no interior do país adverso, fazendo relegar ao passado as concepções de zona de guerra e zona do interior, lhe deram uma preponderância de que as potências em luta estão a tirar o máximo proveito.

Em tais condições, a grande questão que empolga o mundo inteiro — o problema do Ar — se põe também inexorável e inadiavelmente para o Brasil.

Por isso foi que quando Sua Excelência o Senhor Presidente da República, em seu memorável discurso de dez de novembro, no novo edifício do Ministério da Guerra, garantiu à Aeronáutica Nacional unidade de direção, as asas do Brasil palpitarão com mais vibração naquele instante, orgulhosas de poderem, em futuro próximo, cumprir integralmente sua gloriosa missão, tanto na paz, como na guerra.

Em realidade, a fusão das três aeronáuticas num só organismo é problema que reclama solução

inadiável. Não devem continuar a crescer desordenadamente, ao acaso de seu nascimento em época e em meios diferentes.

Adiar a solução seria complicar o problema de si já delicado. Resolvê-lo será ato de clarividência digno da política sã que inaugurou, no Brasil, o Estado Novo."

"O Exército não constitui uma casta divorciada da sociedade brasileira", afirma o conferencista. "Seu problema é nacional; sua solução é geral e interessa a todo o país".

Baseado nos ensinamentos da guerra total, que exige a utilização em tempo de guerra de todas as forças e recursos do país, urge pensar em tudo o que deva existir atrás das forças que brilhantemente vemos desfilar em dias festivos de nossa nacionalidade; o que, de positivo, possa aprovisioná-las, alimentá-las, e lhes manter os efetivos; o que de real exista, que supra as destruições ocasionadas pelo inimigo por ocasião da guerra, as perdas inevitáveis, tudo, enfim, que permita conservar a potência combativa de nossa força armada em campanha.

Dentre todos esses magnos problemas, avulta pela sua importância, o do Serviço Militar.

O Serviço Militar pelo sorteio é simples paliativo na solução da magna questão. Torna-se necessária, no interesse dos próprios cidadãos, a conscrição geral.

Não mais podemos nos iludir: na hora da Pátria em perigo, nos Exércitos como fora deles, nas linhas de frente como nos fundos dos abrigos, civis e militares correm os mesmos riscos e afrontam os mesmos perigos. E, correndo-os, é mais nobre e mais digno que o façamos de arma na mão, em condições eficientes de saber defender o solo da Pátria.

O Exército precisa de homens fortes e sadios, com alguma instrução, pois de tanto carece o Exército, onde, dia a dia, as invenções científicas mais complicam seu já completo aparelhamento bélico.

Cerca de 60 % dos nossos conscritos são analfabetos!

As inspeções de saúde rejeitam anualmente para o serviço das armas, por incapacidade física, mais de 50 % dos nossos jovens patriotas!

E' lamentável esse estado de coisas. Semelhante situação pouca o nosso poder militar.

A oficialidade luta denodadamente para transformar anualmente os conscritos em robustos e só-

lidos soldados, capazes de todos os esforços que a preparação militar exige.

Tão grave situação requer a meditação e o esforço de todos que possam atuar em proveito da elevação do nível de robustez de nosso povo.

O Exército, no que lhe permitem seus meios, dá o exemplo e promove objetivamente a solução.

A caserna, qualquer reservista pode confirmá-lo, tudo promove em prol da saúde e da educação dos que por ela passam.

Através da educação física grande tem sido a contribuição do Exército no revigoramento do brasileiro. Não se limitando a isto porém, criou o Exército a Escola de Educação Física, modclar estabelecimento já de tradições brilhantes, no qual as portas jamais se fecharam para qualquer brasileiro que aí queira educar seu físico e robustecer seu corpo.

Sentindo mesmo a necessidade da formação uniforme de técnicos para a difusão da educação física em todo o país, promoveu o Ministério da Guerra a matrícula, todos os anos, nessa Escola, de contingentes das forças estaduais, de médicos e de civis, tudo sem o menor onus, os quais gradativamente formados irão aumentar as fileiras dos que, em todo o país, combatem pelo revigoramento físico de nosso povo.

O objetivo principal da educação e do ensino é formar uma consciência nacional.

Cabe aos educadores brasileiros, de modo geral, se esforçarem para colocar o pensamento da escola acima das competições e ideologias de toda a ordem, e tudo sob os ditames da unidade pátria e da segurança nacional.

O conferencista explanou, a seguir, o trabalho que se deve desenvolver em tal sentido.

Estamos convencidos — disse o Ministro — que, hoje, nesta hora de provação que atravessamos, ninguém no Brasil tem mais dúvidas sobre a necessidade de posuirmos um grande Exército — disciplinado e poderoso — capaz, não de atacar ou agredir os povos livres, porque, mesmo imbuído de espírito ofensivo, não alimentamos veleidades de guerras de conquistas; mas, dum Exército superiormente aguerrido, conseqüência da nossa grandeza e da nossa soberania.

O Serviço Militar obrigatório e pessoal, sem sorteio de espécie alguma; a manufatura de nossas armas, munições e explosivos; todas as facilidades para a organização da nossa mobilização militar e industrial; a instrução e a educação da mocidade; o revigoramento de sã consciência nacionalista;

uma serena, porém enérgica atuação sobre a nacionalização dos núcleos coloniais, aliada à alfabetização de todos os nossos patrícios, física e moralmente fortes e sadios, eis algumas das nossas principais aspirações.

Em todos os setores de atividade nacional se faz sentir a necessidade da cooperação de todos os brasileiros. No campo industrial, de influência predominante na guerra moderna, cumpre, conjugando-se esforços das empresas civis e do Governo, incrementar a produção de material de aplicação bélica, desenvolver a indústria química e mecânica, impulsionar os institutos profissionais para a formação de operários e especialistas e, sobretudo, ativar a exploração de matérias primas minerais, como metais, pirites, nitratos, combustíveis, etc. Torna-se ocioso insistir na importância destes, sobretudo o carvão e o petróleo, que en-

contraram, felizmente, no Estado Novo, o seu maior amparo e rendimento.

Chegamos, finalmente a uma situação, com o novo regime adotado a 10 de novembro de 1937, em que, com a elevada e segura inspiração do Presidente Getúlio Vargas, as classes armadas puderam se emancipar de todos os liames que as embaraçavam e impedim sua marcha para a frente.

O que já se fez nesses últimos três anos é garantia desvanecedora do que poderemos fazer nos anos seguintes.

E é com toda a confiança na ação enérgica e esclarecida do Presidente Getúlio Vargas e na excelência de um regime há tanto reclamado em favor da unidade e da defesa nacional, que o Exército prossegue impávido no seu caminho, certo de que vai com honestidade e eficiência cumprindo o seu dever — que é o dever de trabalhar pelo engrandecimento do Brasil.

## A organização e o funcionamento do I. P. A. S. E.

Em 28 de outubro de 1937, o antigo Conselho Federal do Serviço Público Civil apresentou ao Senhor Presidente da República o projeto de criação do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (I.P.A.S.E.).

Na exposição de motivos que acompanhou o referido projeto, o Conselho pôs em relevo a importância que o problema da assistência social assume no Estado moderno. E, depois de referir-se às beneméritas realizações do Governo Nacional, no sentido de proteger, indistintamente, as classes trabalhadoras, evidenciou a necessidade de ser creado um Instituto especialmente destinado a concretizar as aspirações dos funcionários federais, relativas à formação do seguro em favor das suas famílias.

Até então, os benefícios reservados às mesmas, tais como a pensão e o pecúlio, estavam condicionados à contribuição prestada diretamente pelo funcionário ao Montepio ou ao Instituto Nacional de Previdência.

Essas entidades, porém, não correspondiam, plenamente, aos objetivos de uma instituição de previdência coletiva, de larga envergadura. Por circunstâncias facilmente compreensíveis, não ti-

nam sido organizadas em bases atuariais, tecnicamente fundamentadas, de modo a oferecer resultados animadores, em função dos novos rumos que tem tomado recentemente o seguro social.

O I.P.A.S.E. viria, então, absorver o Instituto Nacional de Previdência e abrir as mais amplas perspectivas às diversas modalidades de assistência econômica, tanto, obrigatoriamente, aos Servidores do Estado como, facultativamente, a todos os interessados estranhos aos quadros do funcionalismo.

Com o Decreto-lei n. 288, de fevereiro de 1938, adquiriu o I.P.A.S.E. existência jurídica. Mas, não pode entrar imediatamente em funcionamento. Dependia, ainda, de novos atos que definissem melhor a sua estrutura e as suas atribuições.

A expectativa, que se prolongou por mais de dois anos consecutivos, em torno do início das atividades do novo órgão, vem de ser satisfeita com a expedição do Decreto-lei n. 2.865, de 12 de dezembro último.

É preciso, porém, esclarecer que este decreto lei veio apenas definir e estruturar o I.P.A.S.E. ;